

Ibaneis não desistiu do Zona Verde de estacionamento

Após polêmica, governador afirma que ainda pretende aplicar

Por Thamiris de Azevedo

O projeto Zona Verde, que pretende transformar as vagas públicas de Brasília em pagas, voltou para a pauta de debate em Brasília. Nos últimos meses, o projeto foi 'resgatado' nas redes sociais e virou alvo de críticas. Na ocasião, o Correio da Manhã procurou a Secretaria de Mobilidade Urbana (Semob) que confirmou, em outubro, que o projeto estava em andamento para ser licenciado. Mas esta semana mais uma polêmica se instalou sobre o caso.

O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), declarou à imprensa, na segunda-feira (1º), que havia descartado a possibilidade de implementação do projeto. Na sequência, a vice-governadora, Celina Leão (Progressistas), também publicou um vídeo dizendo que o projeto era 'fake news' e oportunismo eleitoral. Na ocasião, a declaração causou controvérsia, uma vez que o projeto está disponibilizado no próprio site da Semob e do Tribunal de Contas do DF, com movimentação recente, contrariando o que Celina afirmou.

No futuro

Na última quarta-feira (3), o governador fez uma nova declaração durante coletiva e afirmou que não desistiu do Zona Verde, mas que entende que antes é preciso aperfeiçoar o sistema de transporte público antes, mas



Ibaneis agora diz que Zona Verde só virá "no futuro"

que no futuro será implementado, segundo ele, inclusive com apoio de quem está criticando. Na ocasião, Rocha também disse que a polêmica se trata de "burburinho criado por um momento eleitoral".

Na última terça feira (2), a deputada distrital Paula Belmonte (PSDB), realizou audiência pública para tratar sobre a possibilidade de implementação do Zona Verde. Na ocasião, a deputada, que também pretende concorrer ao Governo do DF no ano que vem, lembrou que o governador anunciou que recuaria do debate e classificou o ato como uma falta de disposição para enfrentar o

tema com seriedade. A parlamentar também informou que protocolou a convocação do secretário da Secretaria de Mobilidade (Semob) para prestar esclarecimentos sobre as controvérsias.

Após a fala do governador de quarta-feira, Belmonte rebateu à reportagem, afirmando que o governador está tentando transformar um debate sério em ataque pessoal. "Mas o fato é que o recuo se deu na véspera da audiência pública e não foi apresentada nenhuma garantia real de que o Zona Verde não será retomado. A Lei Complementar continua permitindo que a cobrança de estacionamento seja implementada

por decreto. Ou seja, o risco para a população segue exatamente o mesmo", afirma.

Segundo as minutas do projeto, o Zona Verde pretende abranger 115 mil vagas nas áreas comerciais da Asa Sul e Asa Norte; Sudoeste; Setor de Indústrias Gráficas; Setor de Indústria e Abastecimento; Setores Bancários, Comercial e de Autarquias (Sul e Norte); Esplanada; Eixo Monumental e Bolsões nas estações de metrô e BRT. O valor pretendido é de R\$ 3 por hora. O investimento inicial da empresa privada é de R\$ 70 milhões, com previsão de retorno de 20% mensal do lucro para o governo.

Operação Pantanal reduziu focos de incêndio no MS

Redução expressiva no número de focos de incêndios e de hectares afetados pelo fogo. Essa é a síntese primordial do balanço da Operação Pantanal 2025, apresentada nesta quarta-feira (3) no auditório do Imasul (Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul), durante a programação do 6º Seminário em Manejo Integrado do Fogo (MIF). O evento reuniu representantes do Governo do Estado, Corpo de Bombeiros, PMA (Polícia Militar Ambiental), Imasul e diversas instituições parceiras.

Os dados consolidados revelam que 2025 caminha para ser o melhor ano da série histórica iniciada em 1998 no que se refere aos focos de calor em Mato Grosso do Sul. Até o dia 2 de dezembro, foram registrados 1.811 focos, número inferior aos 2.111 contabilizados no primeiro ano da série. Mesmo que novos registros ocorram até o final do ano, a tendência é de que 2025 permaneça como o período de menor incidência desde o início do monitoramento.

A área queimada também apresentou grande redução: 202.678 hectares foram atingidos pelo fogo em Mato Grosso do Sul, volume muito inferior ao registrado em 2024, quando mais de 2,3 milhões de hectares foram consumidos pelas chamas, em uma das maiores crises causadas pelos incêndios florestais. Se na época onde os índices foram maiores a atuação do Governo do Estado foi essencial para evitar que eles fossem ainda mais altos, agora o trabalho preventivo se mostrou efetivo e fundamental.

"Este é um ano que demonstra, de forma clara, que o esforço interinstitucional valeu a pena. O Comitê Estadual do Fogo trabalhou lado a lado com cada órgão envolvido para garantir que as ações fossem planejadas com antecedência, executadas com eficiência e avaliadas continuamente", frisa o assessor da Semadesc e presidente do Comitê Estadual do Fogo, tenente-coronel Leonardo Congro.

"A redução histórica dos incêndios não é resultado do acaso, mas de uma estratégia integrada", conclui.

Cartão Material Escolar já beneficiou mais de 860 mil no Distrito Federal

Geovana Albuquerque/Agência Brasília



Programa dá até R\$ 320 para a compra do material

O Cartão Material Escolar, destinado a estudantes regularmente matriculados na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, já beneficiou aproximadamente 865 mil estudantes desde 2019, segundo a Secretaria de Educação (SEEDF). O investimento do Governo do Distrito Federal (GDF) ultrapassa R\$ 267,6 milhões e atende estudantes de educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação especial.

O programa é executado pela SEEDF em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes-DF) e tem o objetivo de garantir a compra de itens escolares por estudantes em situação de vulnerabilidade social. Desde então, os números cresceram significativamente,

alcançando, em 2025, um investimento de mais de R\$ 50 milhões.

"O Cartão Material Escolar é um programa extremamente importante para a rede pública de ensino do DF, pois permite

a inclusão social desses alunos. Estudantes, que muitas vezes não têm condições de comprar o material escolar, ganham, com o benefício, a igualdade de escolha dos materiais", afirma a secretária de Educação, Hélvia Paranaguá.

Segundo ela, a pasta tem trabalhado pela expansão e melhoria do programa e isso se reflete na queda das queixas recebidas nas ouvidorias.

"Nos dois primeiros meses do ano, conseguimos diminuir em cerca de 86% as manifestações registradas, quando comparamos com o ano passado, o que demonstra o impacto positivo da iniciativa na melhoria do atendimento e da comunicação com a comunidade escolar", conclui Hélvia Paranaguá.

O valor do auxílio varia de acordo com a etapa de ensino: R\$ 320 para alunos da educação infantil e ensino fundamental, e R\$ 240 para os do ensino médio. A compra deve ser feita exclusivamente em papelarias credenciadas.

Agência Brasília